COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2024

Senhores Acionistas, A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723/2009, com alterações posteriores trazidas pela Lei Estadual nº 17.293/2020. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, podendo atuar também no âmbito das demais operações de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários na categoria "S2", na forma da Resolução n° 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as respectivas obrigações exigidas pela CVM. Em 3 de setembro de 2024, atendendo à solicitação da CPSEC, a CVM cancelou o registro de companhia aberta na categoria "B", de que trata a Resolução CVM nº 80/2022. As demonstrações contábeis apresentadas contemplam os fluxos financeiros remanescentes dos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do ICMS/SP ("PPI") e do Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS/SP ("PEP"), após o resgate integral das debêntures emitidas anteriormente. **Operações realizadas:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão com o Estado de São Paulo, a Companhia adquiriu direitos creditórios originários do "PEP" no montante de R$ 5.903.622 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R$ 809.010 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). Em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R$ 740.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão. Em 16 de junho de 2020, mediante o pagamento da 60ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 3ª Emissão. Em 21 de junho de 2021 foi efetuado o resgate integral antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante amortização financeira de R$ 5.334 com as disponibilidades de caixa da Emissora. Em 17 de junho de 2022, mediante o pagamento da 90ª e última parcela do Cronograma de Amortização, foi efetuado o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. **Desempenho:** No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 o lucro líquido auferido foi de R$ 24.495 (R$ 12.384, em 2023), sendo que deste resultado foram deduzidos R$ 181 (R$ 553, em 2023) referentes à realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros no período. A receita operacional apresentou uma redução de 38,2%, comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo. Todavia, em contrapartida, dois outros fatores foram bastante favoráveis ao resultado, destacadamente os ganhos com a recuperação de créditos registrados em perdas e o incremento de 4,0% nas receitas financeiras. A proposta da Administração da Companhia a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas prevê a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2024, no valor total de R$ 24.495, da seguinte forma: (i) constituição de reserva legal no valor de R$ 1.225; (ii) pagamento aos acionistas de JCP no valor de R$ 12.200; (iii) pagamento aos acionistas de dividendos obrigatórios no valor de R$ 5.817; e (iv) pagamento aos acionistas de dividendos adicionais no valor de R$ 5.253, cujo montante encontra-se registrado na rubrica "Reserva Especial", no Patrimônio Líquido. As Demonstrações Contábeis serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Resolução nº 60/2021. O Relatório da Administração é parte integrante destas demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em milhares de reais (R$ mil) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Avaliação dos Administradores:** Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Instituição, nos termos do Inciso III, do Artigo 13, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Em cumprimento as deliberações emitidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores da Companhia, mediante o preenchimento de formulários específicos dos colegiados (Diretoria e Conselho de Administração), de forma coletiva e de forma individualizada (autoavaliação). A avaliação abarcou as seguintes dimensões: I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; II - Contribuição para o resultado do exercício; III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo; IV - Funcionamento do Conselho de Administração; V - Conhecimento técnico e da Instituição; VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e VII - Autoavaliação individual. O processo foi submetido à deliberação do Comitê de Elegibilidade, que avaliou a sua conformidade e posteriormente enviado ao Codec. **Relacionamento com Auditores Independentes:** Em conformidade com as instruções normativas vigentes no Brasil, a CPSEC esclarece que as empresas Taticca Auditores Independentes S.S. e a BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., nos exercícios em 2024 e 2023, respectivamente, prestaram a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

São Paulo, 24 de março de 2025

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Walmsley Soares Carneiro
Diretor de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
CIRCULANTE		234.439	304.194
Caixa e Equivalente de Caixa	4	164.976	179.221
Banco		-	19
Aplicações financeiras		164.976	179.202
Contas a Receber	5 e 8	30.502	54.039
Direitos Creditórios a Receber - PPI		5.459	5.408
Direitos Creditórios a Receber - PEP.		25.043	48.450
Ajuste a Valor Justo - PEP		-	181
Outros Ativos Circulantes		38.961	70.934
Tributos Correntes a Recuperar		4.384	4.157
Valores Transitórios a Receber	6	34.512	66.777
Outros Créditos		65	-
NÃO CIRCULANTE		1.752	3.745
Tributos Diferidos	8 e 13	1.654	3.526
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		1.654	3.526
Contas a Receber	5, 8 e 14	94	212
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		9.646	12.239
(-) Direitos Creditórios PPI Vencidos e Não Liquidados		(9.646)	(12.239)
Direitos Creditórios a Receber - PEP		94	212
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		80.302	86.980
(-) Direitos Creditórios PEP Vencidos e Não Liquidados		(80.302)	(86.980)
Ativo Permanente		4	7
TOTAL DO ATIVO		236.191	307.939

PASSIVO	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
CIRCULANTE		19.646	10.652
Obrigações Sociais e Trabalhistas		301	278
Obrigações Sociais		121	116
Obrigações Trabalhistas		180	162
Obrigações Fiscais Federais	13	1.033	273
Outras Obrigações		18.312	10.101
Valores Transitórios a Pagar	7 e 14	-	2.204
Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		259	203
Dividendos e juros a pagar s/ Capital Próprio	9 e 14	18.017	7.641
Outras obrigações		36	53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido	9	216.545	297.287
Capital Integralizado		200.000	283.096
Reserva Legal		11.292	10.067
Reserva Especial		5.253	4.124
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		236.191	307.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	5 e 14	**11.073**	**17.907**
Receita Atualização PPI - Selic	5	270	276
Receita Atualização PEP	5	10.803	17.631
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	20	**(1.371)**	**(2.176)**
Pis Não Cumulativo		-	(163)
Cofins Não Cumulativo		-	(794)
Pis Cumulativo		(192)	(170)
Cofins Cumulativo		(1.179)	(1.049)
RESULTADO BRUTO		**9.702**	**15.731**
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		**3.613**	**(15.968)**
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	10 e 11	**(5.392)**	**(5.183)**
Despesas com Salários	10	(2.852)	(2.651)
Encargos Sociais e Obrigações	10	(1.842)	(1.759)
Serviços Técnicos Especializados	11	(483)	(590)
Anúncios e Publicações	11	(205)	(176)
Despesas Legais e Societárias	11	(10)	(7)
(PERDAS)/GANHOS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS	9 e 13	**9.271**	**(10.369)**
(Perdas)/Ganhos no Recebimento de Direitos Creditórios PPI		2.593	-
(Perdas)/Ganhos no Recebimento de Direitos Creditórios PEP		6.678	(10.369)
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	11	**(266)**	**(416)**
Outras Despesas Operacionais		(266)	(416)
RESULTADO FINANCEIRO	4 e 12	**18.221**	**17.522**
Receitas Financeiras		18.228	17.530
Despesas Financeiras		(7)	(8)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**31.536**	**17.285**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(7.041)	(4.901)
Imposto de Renda		(3.795)	(2.568)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		(1.375)	(933)
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias		(1.871)	(1.400)
LUCRO DO PERÍODO	9 e 17	24.495	12.384
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R$ (BÁSICO E DILUÍDO)	17	12,25	4,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.495	12.384
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	24.495	12.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS		20.344	7.538
Receita Atualização PPI - Selic	5	270	276
Receita Atualização PEP	5	10.803	17.631
Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa	9 e 13	9.271	(10.369)
DESPESAS E INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(921)	(1.144)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(921)	(1.144)
VALOR ADICIONADO BRUTO		19.423	6.394
RETENÇÕES		(3)	(3)
Depreciação, Amortização e Exaustão		(3)	(3)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		19.420	6.391
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		18.221	17.522
Receitas Financeiras	12	18.228	17.530
Despesas Financeiras	12	(7)	(8)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**37.641**	**23.913**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**37.641**	**23.913**
Pessoal		3.677	3.460
FGTS		160	150
Impostos, Taxas e Contribuições	13	9.309	7.919
Remuneração de Capitais Próprios	9	24.495	12.384
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio		18.017	7.641
Lucros retidos do exercício		6.478	4.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	9 e 17	24.495	12.384
Receita Atualização PEP		(1)	(1.775)
Depreciação		3	3
Amortização de mensuração inicial da carteira de direitos creditórios	8 e 13	181	553
IRPJ e CSLL Diferidos	8 e 13	1.871	1.400
Perdas / (Ganhos) no recebimento de Direitos Creditórios	8, 9 e 13	(9.271)	10.369
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		17.278	22.934
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS			
Direitos Creditórios a Receber - PPI	5	(51)	(168)
Direitos Creditórios a Receber - PEP	5	23.526	73.634
Direitos Creditórios PEP Rompidos	5	(4.034)	(10.370)
Direitos Creditórios PPI Rompidos	5	184	-
Valores Transitórios a Receber (pessoas ligadas)	6, 9 e 14	(11.319)	(16.559)
Outros Ativos		(292)	(2.129)
Fornecedores		(17)	2
Contas a Pagar		839	(680)
Outras Obrigações	7	8.242	(164)
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		17.078	43.566
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		34.356	66.500
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o Capital Próprio	9	(4.700)	(4.250)
Redução de Capital Social	9	(36.836)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	9	(2.941)	(4.362)
Dividendos Adicionais	9	(4.124)	(8.836)
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(48.601)	(17.448)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(14.245)	49.052
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	179.221	130.169
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	164.976	179.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua

Prodesp
Este documento pode ser verificado pelo código E.2025.03.31.4.1107.1 em http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).
ICP Brasil

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros - Reserva Legal	Reservas de Lucros - Reserva Especial	Lucros acumulados	Total
SALDOS INICIAIS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		283.096	10.067	4.124	-	297.287
Dividendos - Pago	9			(4.124)		(4.124)
Lucro líquido do periodo	9				24.495	24.495
Redução do Capital Social (AGE 28/03/2024)	9	(83.096)				(83.096)
Destinações:						-
Reserva Legal	9		1.225		(1.225)	-
Juros sobre Capital Próprio	9				(12.200)	(12.200)
Dividendos obrigatórios	9				(5.817)	(5.817)
Dividendos adicionais propostos	9			5.253	(5.253)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		200.000	11.292	5.253	-	216.545
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023		283.096	9.448	8.836	-	301.380
Dividendos - Pago	9			(8.836)		(8.836)
Lucro líquido do periodo	9				12.384	12.384
Destinações:						
Reserva Legal	9		619		(619)	
Juros sobre Capital Próprio	9				(4.700)	(4.700)
Dividendos obrigatórios	9				(2.941)	(2.941)
Dividendos adicionais propostos	9			4.124	(4.124)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		283.096	10.067	4.124	-	297.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como emissora de Valores Mobiliários na categoria "S2", na forma da Resolução n° 60/2021, prestando regularmente todas as informações e cumprindo as respectivas obrigações exigidas pela CVM. Em 3 de setembro de 2024, atendendo à solicitação da CPSEC, a CVM cancelou o registro de companhia aberta na categoria "B", de que trata a Resolução CVM nº 80/2022. Em 15 de outubro de 2020 foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que estabeleceu dentre outras medidas, a alteração das redações dos artigos 1º, 2º e "caput" do artigo 8º, e a inclusão dos artigos 9º-A, 9º-B e 9º-C à Lei nº 13.723/2009, ampliando o objeto social da Companhia no âmbito das operações de securitização. Neste contexto, a Companhia alterou o seu Estatuto Social, e vem prospectando também novas oportunidades de securitização de recebíveis originários de relações contratuais junto às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Demonstrações Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu custo histórico, exceto quando mensurado pelo seu valor justo, e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. Aprovação das Demonstrações Contábeis: A aprovação para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das Demonstrações Contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa**: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período ou pela cota do fundo investido divulgado pela administradora do fundo. **b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros**: Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade. Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo "preço de mercado". O valor justo na data do negócio equivale ao preço da transação. Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros. Modelo de negócio demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo. Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, correspondendo ao valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro. • Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e Caixa e equivalentes de caixa e direitos creditórios a receber. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e reconhecidos no resultado do exercício. • Passivos financeiros: Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **c) Redução ao valor recuperável ("*impairment*")**: Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI estando classificados, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e de que os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Ainda, conforme o CPC 48 são reconhecidas as eventuais perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo como objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável, o reconhecimento de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo avaliados de forma individual ou coletiva, observando todas as informações razoáveis, sustentáveis e, inclusive, prospectivas. Os ativos financeiros representados pelas carteiras de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI são individualmente reclassificados e imediatamente transferidos para a categoria de "rompidos", quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade do respectivo parcelamento, nos termos dos respectivos programas de parcelamento. Nesta circunstância também são efetuados os procedimentos de contabilização das perdas esperadas sobre a carteira de direitos creditórios (nota explicativa nº 5). **d) Benefícios a empregados**: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. **e) Provisões**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **Ativos e passivos contingenciais**: Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue: • **Ativos contingentes**: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo. • **Passivos contingentes**: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. • **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis. **f) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido**: O Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Os tributos correntes são os valores a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas vigentes à época de apresentação das Demonstrações Contábeis, e quaisquer ajustes decorrentes de exercícios anteriores. Os tributos diferidos são registrados, quando aplicável, com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, calculados utilizando a alíquota máxima de 34%, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, observando o limite de 30% do lucro real do exercício-base. **g) Apuração do resultado**: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos. **h) Determinação do valor justo**: As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. **i) Demonstração do valor adicionado**: A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como informação suplementar, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	-	19
Aplicações Financeiras	164.976	179.202
Total	164.976	179.221

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento, intitulados de BB CPSEC Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo (fundo exclusivo da CPSEC), BB Renda Fixa Simples Solidez Automático FIC e BB Renda Fixa Solidez Diferenciado Fundo de Investimento, resgatáveis a qualquer momento e crédito em conta corrente no mesmo dia. Estes fundos de investimentos alocam seus recursos em cotas de Fundos de Investimentos de Renda Fixa de Longo e Curto prazo, cuja carteira é composta por títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições financeiras que possuam classificação de risco atribuída pelo gestor, no mínimo, equivalente àqueles atribuídos aos títulos da dívida pública federal e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Todos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil, com taxas compatíveis com as de mercado. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras, registrado na rubrica de "Receitas Financeiras", alcançou o montante de R$ 18.228 (R$ 17.530, em 2023).

5. CONTAS A RECEBER

As Demonstrações Contábeis apresentadas contemplam os direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP - PEP ("PEP") e do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS/SP - PPI ("PPI"), adquiridos do Estado de São Paulo, controlador da Companhia. **DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PPI:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, direitos creditórios originários do PPI no montante de R$ 2.079.841, atualizados pela Taxa Selic. Os saldos da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PPI

Classificação	31/12/2024	31/12/2023
Até 12 meses	5.459	5.408
Total	**5.459**	**5.408**
PPI rompido (1)	9.646	12.239
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (2)	(9.646)	(12.239)
Total	**5.459**	**5.408**

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos (créditos com atraso superior a 90 dias).
(2) Contabilização das Perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PPI Rompidos).

Receita de Atualização - PPI

Detalhamento das Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Atualização PPI - Selic	249	263
Receita PPI - Indenização	21	13
Total da Receita de Atualização PPI	**270**	**276**

DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER - PEP: Em dezembro de 2014, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R$ 5.903.622, cuja atualização é pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. Os saldos da carteira destes recebíveis estão assim demonstrados:

Carteira de Recebíveis - PEP

Classificação	31/12/2024	31/12/2023
Até 12 meses	25.043	48.450
Até 24 meses	38	128
Até 48 meses	56	61
Acima 48 meses	-	23
Total	**25.137**	**48.662**
Curto Prazo	**25.043**	**48.450**
Longo Prazo	**94**	**212**
PEP rompido (3)	80.302	86.980
Perdas estimadas com crédito de difícil liquidação (4)	(80.302)	(86.980)
Ajuste a Valor Justo a realizar - Ativo Circulante (5)	-	181
Total	**25.137**	**48.843**

(3) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos (créditos com 4 ou mais parcelas em atraso). (4) Contabilização das perdas no recebimento de direitos creditórios na correspondente Conta Redutora do crédito (saldo de direitos creditórios de PEP Rompidos). (5) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (nota explicativa nº 8).

Receita de Atualização - PEP

Detalhamento das Receitas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de Atualização PEP	8.440	5.164
Reversão Receita PEP PECLD	(197)	(1.478)
Receita PEP - Indenização	11.154	16.559
Reversão Receita PEP por Decisão Judicial e outros	(8.413)	(2.061)
Reversão Ajuste a Valor Justo - PEP	(181)	(553)
Total da Receita de Atualização PEP	**10.803**	**17.631**

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS ROMPIDOS REGISTRADOS EM PERDAS: Em novembro de 2014, a Companhia reconheceu a receita de R$ 13.122, referentes à recuperação de direitos creditórios dos parcelamentos rompidos do PEP e do PPI, que foram recebidos diretamente pelo Estado de São Paulo, em razão da cobrança dos débitos fiscais exercida por intermédio da Procuradoria Geral do Estado - PGE/SP. Dos créditos recuperados a receber, R$ 10.446 foram compensados com os "valores transitórios a pagar" devidos pela CPSEC ao Estado, referentes à arrecadação de parcelamentos não securitizados (nota explicativa nº 7). O saldo remanescente de créditos recuperados a receber, no montante de R$ 2.676, foi registrado na rubrica "valores transitórios a receber" (nota explicativa nº 6) para futura compensação ou repasse à Companhia pelo Estado.

6. VALORES TRANSITÓRIOS A RECEBER

Valores Transitórios a Receber**:** Corresponde aos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI favoráveis à Companhia, bem como aos valores decorrentes da arrecadação direta pelo Estado de débitos fiscais vinculados aos direitos creditórios dos parcelamentos rompidos do PEP e do PPI pertencentes à Companhia, nos termos das Cláusulas 6ª e 9ª, respectivamente, dos Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram apurados Eventos de Indenização do PEP favoráveis à Companhia no montante de R$ 11.154, cujo valor registrado foi adicionado na rubrica "valores transitórios a receber". Em relação aos direitos creditórios do PPI, neste mesmo exercício foram apurados Eventos de Indenização favoráveis à Companhia no valor de R$ 298, cujo montante absorveu integralmente o saldo anterior das Indenizações do PPI favoráveis ao Estado de R$ 134, remanescendo assim um saldo líquido de R$ 164, favoráveis à Companhia, o qual também foi adicionado na rubrica "valores transitórios a receber". Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, também foi adicionado o saldo remanescente de créditos recuperados a receber no valor de R$ 2.676. Dessa forma, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram incorporados aos "valores transitórios a receber" o somatório de R$ 13.994, relativos ao registro dos Eventos de Indenização do PEP e do PPI e ao saldo remanescente de créditos recuperados a receber. Em 28 de junho de 2024 foi efetivada nova redução de capital social da Companhia, no montante de R$ 83.096, mediante a transferência financeira de R$ 36.836 aos acionistas, e a outra parte com a compensação de valores transitórios a receber no valor de R$ 46.260 (notas explicativas nº 9 e 14). Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da rubrica "valores transitórios a receber" registrou R$ 34.512 (R$ 66.777, em 2023).

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Valores Transitórios a Pagar**:** Referem-se basicamente a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças transitórias apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, a arrecadação de parcelamento não securitizados e, circunstancialmente, a eventos de indenização do PPI favoráveis ao Estado. Em virtude da compensação de R$ 10.446, referentes à arrecadação de parcelamentos não securitizados (nota explicativa nº 5), em 31 de dezembro de 2024 o saldo da rubrica de "valores transitórios a pagar" foi zerado (R$ 2.204, em 2023). Passivos contingentes**:** Até abril de 2024 havia uma Ação Popular, classificada com risco possível, em razão de sentença proferida de primeiro grau julgada parcialmente procedente, cujo valor da causa atribuída em juízo foi fixada em R$ 1.000,00 (um mil reais), para a qual a Administração vislumbrava a reversão de sua situação, inclusive do seu arquivamento, em razão dos termos do Recurso de Apelação conferirem manifestação favorável à Companhia pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em relação ao mérito julgado. Em linha com essa perspectiva, em 24 de abril de 2024, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da 9ª Câmara de Direito Público, deu provimento ao recurso do Estado de São Paulo e da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC para reformar a r. sentença apelada e julgar extinto o processo relativo à Ação Popular, sem resolução do mérito. O processo está extinto sem resolução de mérito, ainda sem trânsito em julgado. Os recursos espe-

Continua

Prodesp
Este documento pode ser verificado pelo código E.2025.03.31.4.1107.1 em http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).
ICP Brasil

cial e extraordinário dos autores ainda estão pendentes de julgamento. Não há outro litígio ou risco em andamento com divulgação requerida.

8. MENSURAÇÃO INICIAL DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estruturação - Vigente**:** Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, vigente até dezembro de 2017, e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, os Direitos Creditórios do PEP foram classificados como "Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado", e na mensuração inicial do seu valor justo ("*fair value*") foi reconhecida uma redução no valor de R$ 29.164. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, classificada como "Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado", foi reconhecida uma redução de R$ 43.417. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R$ 14.253. Em 31 de dezembro de 2024 foi zerado o saldo do ajuste positivo do valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP (R$ 181, em 2023). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi deduzido do resultado o valor de R$ 181 (R$ 553, em 31 de dezembro de 2023), referentes à realização do valor justo (mensuração inicial) no período. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios do PEP, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para calcular o valor justo do contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não foi aplicado à apuração do valor justo em função de terem sido emitidas à taxa de mercado. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	31/12/2024 Valor contábil	31/12/2023 Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros			
Direitos Creditórios	30.596	54.251	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado

A categoria acima considera a previsão do CPC 48, tendo em vista o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. Hierarquia de valor justo**:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 200.000, em moeda corrente nacional, representado por 2.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. Os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2024, considerando o excessivo capital social da Companhia, frente à sua atividade operacional, deliberaram pela redução de 830.956 ações ordinárias, equivalente a R$ 83.096, cuja alteração tornar-se-á efetiva após o decurso do prazo decadencial de 60 dias, sem a oposição de credores, nos termos do art 174, da Lei das S.A. e posterior registro do respectivo ato societário na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp. Em 28 de junho de 2024 foi efetivada a redução do capital social da Companhia, mediante a transferência financeira aos acionistas de R$ 36.836, e a outra parte com a compensação de valores transitórios a receber no valor de R$ 46.260 (notas explicativas nº 6 e 14). b) Reserva legal e Reserva Especial: A Reserva Legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, apresentando em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R$ 11.292. c) Lucro Líquido do exercício: No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 o lucro líquido auferido foi de R$ 24.495 (R$ 12.384, em 2023), sendo que deste resultado foram deduzidos R$ 181 (R$ 553, em 2023) referentes à realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros no período (nota explicativa nº 8). A receita operacional apresentou uma redução de 38,2%, comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo. Todavia, em contrapartida, dois outros fatores foram bastante favoráveis ao resultado, destacadamente os ganhos com a recuperação de créditos registrados em perdas e o incremento de 4,0% nas receitas financeiras. d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Os dividendos e JCP de 2023, no montante de R$ 11.765, sendo R$ 4.700 de JCP, R$ 2.941 de dividendos obrigatórios e R$ 4.124 de dividendos adicionais, foram pagos integralmente em 28 de junho de 2024, nos termos da deliberação dos Acionistas, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024. Em relação à destinação do lucro líquido de 2024, a Administração propõe o pagamento aos acionistas de R$ 12.200 na forma de JCP, R$ 5.817 referentes ao dividendo obrigatório e R$ 5.253 como dividendos adicionais, cuja destinação será objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2025.

10. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHOS E EMPREGADOS

A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") através da Deliberação CODEC nº 1, de 15 de março de 2024, estabeleceu o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual aos Administradores, "*pro rata temporis*", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano, equivalente ao 13º salário. Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual anual, conforme disposto na Deliberação CODEC nº 1, bem como têm direito a um descanso anual, com características de licença remunerada, pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais.

Despesas com salários:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Honorários da diretoria e conselho	2.322	2.137
Salários - empregados	511	495
Vale Refeição - empregados	19	19
Total de despesas	**2.852**	**2.651**
Encargos sociais e obrigações:	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Férias e 13 salário - empregados	112	107
Licença remunerada	88	83
Gratificação Anual e Prêmio Eventual	626	677
Despesa de INSS	856	799
Despesa de FGTS	160	151
Reversão de Provisões	-	(58)
Total de despesas	**1.842**	**1.759**

11. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	160	264
Assessoria Contábil	275	266
Auditoria Interna	48	59
Outros	-	1
	483	**590**
Anúncios e Publicações	**205**	**176**
Despesas Legais e Societárias	**10**	**7**
Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	39	39
Seguros D&O	217	-
Juros e Multa s/ Recolhimento em Atraso	-	364
Outras despesas operacionais	10	13
	266	**416**

12. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	17.773	17.229
Juros Ativos - Selic	401	252
Descontos obtidos	54	49
Subtotal	**18.228**	**17.530**
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	(7)	(8)
Subtotal	**(7)**	**(8)**
Total do resultado financeiro	**18.221**	**17.522**

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	2024 Exercicio	2023 Exercício
	12	12
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	31.536	17.285
(+) Adição Ajuste a Valor Justo	181	553
(+) Adição Despesas Indedutíveis Temporárias	4.866	10.369
(+) Adição Despesas Indedutíveis Permanentes	970	1.347
(-) Exclusão - Diferenças Dedutíveis Temporárias	(10.078)	(14.487)
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	27.475	15.067
JCP Provisionado	(12.200)	(4.700)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	15.275	10.367
Imposto de Renda (IRPJ) Corrente (25%)	3.795	2.568
Contribuição Social (CSLL) Corrente (9%)	1.375	933
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias (34%)	1.871	1.400

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidos R$ 1.654 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a diferença temporária dedutível, correspondente a 34% sobre o lançamento das perdas de R$ 4.866 verificadas e registradas na rubrica de direitos creditórios vencidos e não liquidados do PPI e do PEP. O reconhecimento de R$ 1.654 de ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) para a diferença temporária dedutível encontra amparo no histórico de lucratividade e na perspectiva de formação de base tributável futura, observando a composição patrimonial atual da Companhia. No encerramento da apuração fiscal de 2024 foram deduzidos da base tributária os créditos vencidos há 12 meses ou mais e não recuperados, e simultaneamente baixados os ativos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL), sobre as diferenças temporárias, que haviam sido registrados em 2023. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 os ativos fiscais diferidos relativos ao IRPJ e a CSLL referentes às diferenças temporárias dedutíveis apresentaram o saldo de R$ 1.654. A Companhia apura o IRPJ e a CSLL pelo regime do lucro real, optando pelo recolhimento mensal por estimativa.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R$ 5.903.622, de 28 de novembro de 2014, foi firmado com o Estado de São Paulo, controlador da Companhia. No quadro abaixo são demonstradas as posições, receitas e despesas oriundas de transações existentes com partes relacionadas.

	Notas	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) Exercício 31/12/2024	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) Exercício 31/12/2023
Estado de São Paulo					
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	9.646	-	12.239	-
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	80.302	-	86.980	-
Valores Transitórios a Receber	6	34.512	-	66.777	-
- Valores Transitórios a pagar	7	-	-	(2.204)	-
- Juros a pagar sobre o Capital Próprio	9	(12.200)	-	(4.700)	-
- Dividendos Obrigatórios	9	(5.817)	-	(2.941)	-
- Receitas de Indenização PEP e PPI	6	-	9.837	-	13.957

Em outubro de 2020 foi constituída a rubrica contábil denominada "valores transitórios a receber", para registro e controle dos valores relativos à ocorrência de Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI favoráveis à CPSEC e devidos pelo seu controlador, o Estado de São Paulo, nos termos da Cláusula 6ª, dos Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram adicionados à rubrica de "valores transitórios a receber" o montante de R$ 13.994, referentes aos Eventos de Indenização dos Direitos Creditórios do PEP e do PPI favoráveis à CPSEC e ao saldo remanescente de créditos recuperados a receber (notas explicativas nº 5 e 6). Em 28 de junho de 2024 foi efetuada nova redução do capital social da Companhia, sendo parte desta redução realizada mediante a compensação de valores transitórios a receber no valor de R$ 46.260 (notas explicativas nº 6 e 9). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 o saldo da rubrica de "valores transitórios a receber" passou para R$ 34.512 (R$ 66.777, em 2023).

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas Demonstrações Contábeis. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas de baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura plena de suas obrigações. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. Em virtude do resgate integral de todas as debêntures emitidas, atualmente a Companhia não possui passivos expostos a risco.

	Natureza do risco associado	31/12/2024 Saldo exposto ao risco	31/12/2023 Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco			
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	-	19
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	164.976	179.202
Direitos Creditórios (1)	Mercado, crédito, liquidez e operacional	30.596	54.251

(1) Excluído o saldo dos direitos creditórios rompidos (créditos registrados em perdas);

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. São expostos ao risco de crédito os direitos creditórios oriundos de contratos com 4 parcelas não pagas, ocasião na qual passam a ser considerados rompidos. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabelas abaixo:

Análise do Risco de Liquidez

Prazo	31/12/2024 Outras Obrigações	31/12/2023 Outras Obrigações
0 a 3 meses	-	2.204
Total	-	2.204

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite antecipações efetuadas pelos devedores. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas de verificação, realizadas por profissionais próprios, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou por área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Companhia tem como premissa a melhoria contínua dos processos substantivos, especialmente aqueles relacionados à evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocadas no mercado, de forma a proporcionar maior eficiência aos controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam a sua adequada proteção a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação e recuperação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia na administração de capital durante o exercício. Em linha com esta política a administração da Companhia propôs e os acionistas deliberaram pela redução do capital (nota explicativa nº 9), tendo em vista o mesmo ser considerado excessivo frente à sua atividade operacional. **Análise de sensibilidade:** A Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações Contábeis. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (liquidadas em junho de 2021) e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de qualquer cenário econômico ao qual a Companhia possa estar exposta. Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures (liquidadas em junho de 2022) também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro dos recebíveis, porém os recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo de 2,60% a.a. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em dezembro de 2024, foi de 0,52%. Com isso, IPCA acumulado de 12 meses fechou o ano passado com alta de 4,83%. Em janeiro de 2025 o IPCA apresentou uma forte desaceleração, comparativamente ao mês anterior, ficando em 0,16%, com a inflação acumulada dos últimos 12 meses caindo para 4,56%, porém ainda ligeiramente acima do teto da meta. Essa foi a menor taxa de IPCA para o mês de janeiro desde 1994, cuja desaceleração foi puxada pela queda de 14,21% nos preços do subitem energia elétrica residencial, em virtude da incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas emitidas em janeiro. No entanto, o consenso é de que índice de janeiro foi atípico, e a expectativa é de que o IPCA volte a acelerar, pois os preços dos alimentos, item com significativo peso na composição do índice, seguem em alta, em razão de problemas na oferta decorrentes do clima e, em alguns casos, também pelo aumento da demanda. O centro da meta de inflação perseguida pelo BC é de 3% para os exercícios de 2024 a 2026, com tolerância é de 1,5 ponto percentual para menos ou para mais. Assim, a meta será cumprida se o IPCA ficar no intervalo de 1,5% (piso) a 4,5% (teto). Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic). Preocupado com a desancoragem das expectativas de inflação futura, em setembro de 2024, o Copom voltou a elevar a meta da taxa Selic, estando, atualmente posicionada em 13,25%. As projeções para a taxa Selic, divulgadas regularmente pelo Boletim Focus, uma pesquisa semanal realizada pelo Banco Central com economistas do mercado financeiro, é de que a Selic termine o ano de 2025 em 15%. Essas projeções levam em conta vários fatores para ano de 2025, como a expectativa de inflação acima da meta, o crescimento do PIB estimado em 2,04%, o mercado de trabalho aquecido, a apreciação das commodities e o impacto do câmbio sobre os preços, em que pese seu arrefecimento recente. A confirmação deste cenário de elevação da taxa Selic no curto prazo ensejará um ligeiro incremento no resultado financeiro da Companhia, em razão do volume de aplicações financeiras alocadas na renda fixa referenciada na taxa

Continua

Prodesp Este documento pode ser verificado pelo código E.2025.03.31.4.1107.1 em http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil). ICP Brasil

Continuação **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**

DI. Com o resgate integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão (Debêntures Mezanino) em 17 de junho de 2022, qualquer alteração da taxa SELIC não impacta o resultado financeiro passivo da Companhia. Neste cenário, na visão consolidada, o resultado líquido tende a aumentar, conforme se pode observar no quadro abaixo.

	Cenários			
	Saldo	Provável	Possivel (i)	Remoto (ii)
Ativo	**31/12/2024**	**14,75%**	**18,44%**	**22,13%**
Aplicações Financeiras	164.976	189.310	195.393	201.477
Direitos Creditórios (PPI)	5.459	5.765	5.841	5.918
Direitos Creditórios (PEP)	25.137	28.224	28.224	28.224
Total do Ativo	195.572	223.299	229.459	235.619
Variação		27.727	33.887	40.047
	Saldo	**Provável**	**Possivel (i)**	**Remoto (ii)**
Passivo	**31/12/2024**	**14,75%**	**18,44%**	**22,13%**
Total do Passivo	-	-	-	-
Variação		-	-	-
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		27.727	33.887	40.047
Resultado da Variação			6.160	12.320

(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável
(ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável
(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração, com aumento de 25% na taxa básica de juros, indica uma variação positiva no resultado líquido de R$ 6.160. (ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração, com aumento de 50% na taxa básica de juros, indica uma variação positiva no resultado líquido de R$ 12.320.

16. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO
A operação atual da Companhia consiste na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, lastreadas em Direitos Creditórios do programa de parcelamento de tributos, cedidos pelo Estado de São Paulo, sendo este um dos segmentos de negócios da Companhia, no âmbito de operações de securitização, e a base para tomada de decisões dos administradores.

17. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO
A tabela a seguir demonstra o lucro líquido valor por ação em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
	Exercício	Exercício
Lucro do exercício (R$ mil)	24.495	12.384
Número de Ações	2.000.000	2.830.956
Lucro por ação - básico e diluído (R$)	12,24758	4,37463

18. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do exercício os valores contábeis da despesa de depreciação, da realização do ajuste a valor de mercado e de perdas/ganhos no recebimento de créditos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa. • Compensação de R$ 46.260 na rubrica contábil "valores transitórios a receber", em virtude da redução do Capital Social (notas explicativas nº 6, 9 e 14). • Compensação de R$ 10.446 na rubrica contábil "valores transitórios a receber", em contrapartida na rubrica contábil "valores transitórios a pagar", em virtude da recuperação de créditos rompidos registrados em perdas (notas explicativas nº 5, 6 e 7).

19. INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR
Em atendimento às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), registre-se que a CPSEC, nos exercícios abrangidos nestas Demonstrações Contábeis, não contratou e nem teve serviços prestados pela Taticca Auditores Independentes S.S. que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

20. OUTROS ASSUNTOS
Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, sem a necessidade de ação rescisória. Ou seja, se anos atrás uma empresa tornou-se titular de decisão transitada em julgado para deixar de recolher algum tributo, essa permissão deixará de gerar efeitos se, e quando, o STF entender que o pagamento do respectivo tributo é devido. A Administração avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta em impactos em suas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024, e em consonância com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 / IAS 10 Eventos Subsequentes. Adequação ao regime de apuração do PIS e da Cofins e às alíquotas próprias da atividade securitizadora: Com fundamento na Lei Federal nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, que estendeu a possibilidade das companhias securitizadoras realizarem a securitização de qualquer tipo de direito creditório por meio de sua vinculação a Certificados de Recebíveis ou de outros títulos e valores mobiliários representativos de operações de securitização, e que, também, alterou a Lei Federal nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para estabelecer que, na determinação da base de cálculo do PIS e da Cofins, poderão ser deduzidas as despesas de captação de recursos incorridas pelas companhias securitizadoras, em qualquer categoria de crédito, ampliando a previsão anterior que era restrita aos créditos imobiliários, financeiros e agrícolas, nestes termos, mesmo estando obrigada ao lucro real, a partir de abril de 2023 a CPSEC passou a calcular e a recolher os tributos federais relativos ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo, empregando as alíquotas próprias da atividade securitizadora, sendo 0,65% para o PIS e 4% para a Cofins.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES
Não ocorreu qualquer evento subsequente relevante que merecesse qualquer menção no respectivo relatório e/ou que pudessem alterar ou impactar os saldos das Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva — Samyla Mileide Fernandes Freitas — Rogério Campos
Guilherme Afif Domingos — Marco Antonio Assalve — Vivianne W. Araújo Tenório
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita — Jorge Luiz de Lima — Andrezza Rosalém Vieira

DIRETORIA

Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Eduardo Walmsley Soares Carneiro - Diretor de Gestão Corporativa
Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente

CONTADOR

Renato Vieira Pita
CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF 280.830.348-35

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da Taticca Auditores Independentes S.S., datado de 24 de março de 2025, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 25 de março de 2025.

Daniele Carla Machado Cruz — **Fábio Aurélio Aguilera Mendes** — **João Henrique Martins** — **Raquel Araujo dos Santos Berti** — **Tzung Shei Ue**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia Paulista de Securitização -** São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 14, as operações da Companhia são realizadas exclusivamente com seu acionista, o Governo do Estado de São Paulo. Essas operações foram realizadas em condições comerciais e financeiras na forma da Lei estadual. Caso tivessem sido realizadas com terceiros, os resultados das operações poderiam ser diferentes daqueles obtidos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Direitos creditórios e sua realização:** No contexto de suas operações normais, a Companhia estrutura operações de securitização vinculando direitos creditórios relacionados com créditos detidos pelo Governo do Estado de São Paulo. Como resultado destas operações, seus registros contábeis contemplam os direitos creditórios, originários de créditos tributários cuja titularidade é do Estado de São Paulo, decorrentes de parcelamentos administrativos do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP) mantidos pelo custo amortizado, registrando perdas esperadas com a realização destes créditos, após a completa compensação com as debentures, enquanto estas não foram integralmente liquidadas, com isso os direitos creditórios adquiridos como a emissão das debêntures subordinadas tiveram o próprio Estado de São Paulo como sendo cedente e adquirente. Assim, quando os referidos créditos sofrerem dúvidas quanto à sua realização, estes são transferidos para "créditos rompidos" e imediatamente utilizados na forma de dação em pagamento para amortização antecipada das debêntures subordinadas, sendo reconhecidas eventuais perdas esperadas. Devido a relevância destas operações, a existência e realização dos créditos adquiridos, bem como a atividade fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, podem impactar de forma relevante nas demonstrações contábeis da Companhia e, por isso, foram considerados como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, mapeamos os processos e as atividades de controles implementados pela Companhia, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: • Confronto dos valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis dos direitos; • Comparação da posição da carteira dos diretos creditórios com os relatórios financeiros, analisando se estes relatórios conferem a titularidade dos ativos a Companhia; • Avaliação da adequação divulgação realizadas nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar os registros e a titularidade da Companhia sobre os direitos creditórios, a correta mensuração e contabilização dos respectivos ativos e passivos e as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditados, por outros auditores independentes que emitiram o relatório de auditoria independente sem modificação, datado, em 26 de março de 2024. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2025.

TATICCA
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador
CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Conformidade nunca foi tão legal
Publique no Diário Oficial 100% Digital

Código promocional 50% de desconto para novos clientes: PDDOE50